

OPINIÃO

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente

Paulo Cabral de Araújo

Diretor de Redação

Ricardo Noblat

Editor Executivo

José Negreiros

Diretor Vice-Presidente

Ari Cunha

Diretor Comercial

Maurício Dinepi

Diretor de Marketing

Márcio Cotrim

Diretor Gerente

Evaristo de Oliveira

Diretor Industrial

Oswaldo Abílio Braga

Diretor de Planejamento

João Augusto Cabral

Opção inapelável

O presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu ontem tom professoral para conclamar, mais uma vez, o Congresso a assumir as responsabilidades que tem no processo de reformas. O presidente pediu pressa e reiterou seus propósitos privatizantes. Teve o mérito de ser claro e direto.

Em seu discurso-aula, feito na abertura do seminário sobre concessão de serviços públicos no Brasil — ocasião emblemática para tratar do anacronismo do Estado brasileiro —, o presidente foi ao ponto central da questão: "O mundo mudou e não vai parar de mudar. A globalização não significa que o interesse nacional desapareça, mas a globalização está aí".

Ignorar essa premissa, adverte o presidente, é condenar o país ao atraso. A crise governativa, que mantém o país prisioneiro da recessão desde a década passada, não será superada por *slogans* pseudonacionalistas e anacrônicos. Os três meses iniciais do governo, no entanto, foram marcados pela ação contra-reformista, estimulada pelas crises mexicana e argentina.

Essa reação fez supor a muitos que as reformas, do dia para a noite, haviam-se tornado desnecessárias. Não é verdade. Elas continuam imprescindíveis. Se a proposta do governo é imperfeita, não significa que a solução é manter o *status quo*. É preciso, ao contrário, que os exemplos mexicano e argentino, com suas lições e advertências, fertilizem as refor-

mas brasileiras. Usá-los como pretexto para o imobilismo é, acima de tudo, irracional.

Fundamental, porém, no discurso do presidente é sua denúncia a uma atitude obscurantista que tem presidido a abordagem do tema das reformas, dentro e fora do Congresso. Os setores que as atacam simplesmente recusam-se a discuti-las. Recusam o debate e colocam a questão em termos de guerra santa, em que o adversário representa o mal e deve ser eliminado a qualquer custo.

O que está posto — e o presidente insiste com razão em enfatizá-lo — é uma opção inapelável para o país: ou se ajusta às transformações do mundo ou se condena ao perpétuo atraso. Entenda-se essa auto-condenação como uma opção pela pobreza, subdesenvolvimento, injustiça social e anacronismo tecnológico.

Não há como vencer a miséria social senão pela geração de riqueza. E não há como gerar riqueza, num mundo economicamente globalizado, sustentando a lógica da autarquia. As reformas visam exatamente a desautarquizar o Brasil.

O irônico, nesse processo, observa o presidente, é que os que reagem às reformas consideram-se progressistas. E nomeiam os que as querem de reacionários e conservadores. É exatamente o contrário. O discurso do presidente merece não apenas a reflexão do Congresso: impõe um gesto mais efetivo no rumo da racionalidade e do bom senso. Não há tempo a perder.